

Apresentação

Situando quadro de ferramentas analíticas e agendas de pesquisa

Mariana Barreto 

barretomariana2016@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará - UFC

Edson Farias 

nilosed@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade de Brasília - UnB

Alexandre Barbalho 

alexandre.barbalho@uece.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

 10.52521/opp.v22n47.15198

Introdução

Quando se trata de examinar a formação e o funcionamento de um campo epistemológico é incontornável observar como – no repertório conceitual e nas soluções analíticas de inferências por meios analíticos – os distintos paradigmas (entendendo por estes apenas aqueles consensos simultaneamente vigentes a respeito do que seja o fazer científico) que os constitui, têm pavimentado em estágios intelectuais, interativos e institucionais diferenciados, um trajeto em que as noções, categorias e conceitos consistem no sustentáculo último do hábitos de cognição da realidade proposto por uma subdisciplina. Ao mesmo tempo, embora associado ao aspecto anterior, requer ainda inquerir as condições sócio-históricas e culturais em que a produção do conhecimento e a atitude reflexiva, inscritos em modos de vida, se descortinam compondo uma cultura histórica.

Na apresentação que fizemos à primeira parte deste dossiê, procuramos traçar um panorama sucinto das matrizes intelectuais que compõem o horizonte hermenêutico e epistemológico da sociologia da cultura. Nesta oportunidade, interessa-nos situar

algumas ferramentas cognitivas e marcos temáticos com incisivo papel na definição de agendas temáticas nessa mesma subdisciplina. Ou seja, sem a ambição de esgotar o debate, o propósito é propor relações possíveis entre noções, categorias e conceitos, mesmo paradigmas do exercício sociológico ocupado da esfera cultural e os contextos sócio-históricos nos quais respectivamente se inscreveram. Se não está em pauta a defesa de um apriorismo intelectualista, tampouco se trata de ratificar concepções acerca da natureza reflexa das ideias, argumentado sobre o papel desta em espelhar um presumido real-referente que lhes seria externo. Parece melhor conceber estarem igualmente mediados pelos mesmos condicionantes os mundos sociais e a imaginação sociológica. Deste ponto de vista, o caminho que adotamos é equacionar os nexos entre instrumentos e agendas de pesquisa e reflexão da sociologia da cultura e os cenários sócio-históricos pela exposição dos condicionamentos que os tornam recíprocos. Se aqui prevalece a proposição de que as elaborações intelectuais são realizações discursivas inscritas no plano histórico-social, elas se distinguem, exatamente, por sintetizarem em conceitos, episódios e processos em que também se abrigam os agentes e as instituições compondo totalidades históricas.

A centralidade ocupada pelos clássicos da sociologia contracenam com o cuidado a que se devotam alguns intérpretes na fase originária das ciências sociais em articular ferramentas conceituais e requisitos de método canalizados ao esforço de saturar analiticamente a estrutura social e as formas de consciência no estágio histórico de consolidação do capitalismo industrial na Europa ocidental. O caso de Marx é o mais ilustrativo a respeito, o que justifica nos concentrar em alguns dos seus argumentos. Como uma categoria-chave do seu esquema, o trabalho se insere na figura conceitual da possibilidade de exteriorização humana, na sua generalização, concatenando indivíduo e gênero humano. Ao situar o ser na existência, no processo histórico de autoprodução material da humanidade, Marx (e Engels) espera apresentar os meios para “superar” metodologicamente a filosofia especulativa, expondo os seus limites na medida em que a realiza no projeto do materialismo histórico. Tratar-se-á, desde agora, de compreender o homem na estrutura social que o engloba e remeter esta ao processo social do qual emergem representações. Logo, na contramão de seu mestre (Hegel), se o fundamento da história não está na consciência, isto é, no plano da ideia que trava ferrenha luta por sua emancipação, é tarefa do pesquisador o cotejamento simultâneo de planos distintos, com a finalidade de buscar neles aqueles nexos que os conformam e, sobretudo, a linha de força que os unifica em uma totalidade incongruente, quer dizer contraditória em decorrência do ajuste conflituoso entre as partes. É insofismável o efeito do empreendimento do autor sobre qualquer pretensão de uma razão ordenadora descolada das estruturas e processos cujos insumos são as relações sociais dotadas de modulações no

domínio e uso da natureza. Ou seja, os mecanismos que exercem a regulação das atitudes sócio-humanas, dispostos no plano da consciência e dos processos de cognição, são explicados na atenção a ser dada à inscrição do humano na natureza com a mediação exercida pelo trabalho, no tocante à objetivação da vontade humana (MARX, 2003, 2004 (a), 2004 (b) e 2005; MARX e ENGELS, 1987, s/d). Como chama atenção Merleau-Ponty, a concepção de materialidade no autor abarca a historicidade dos movimentos mesmos das relações sociais, com os seus impasses e alternativas, e porta as valorações tecidas nas reciprocidades e enfrentamentos, nas dilacerações e nas lacunas imanentes às formas, inclusive àquelas do entendimento, assumidas pela própria processualidade e indissociável das propriedades mesmas da consciência. Portanto, razão e objeto da fenomenologia cotidiana dialogariam por intermédio de específica intervenção histórica de uma sociedade na natureza (MERLEAU-PONTY, 1980).

Na interlocução com os representantes da economia política clássica em torno da complexa divisão do trabalho nas sociedades capitalistas, Durkheim, à contramão da tese de que o interesse precederia à troca, afirma que a sociedade preexiste à concorrência. Aliás, a concorrência decorreria das necessidades ambientais endógenas às sociedades. Pois a divisão do trabalho deve unir e opor, proporcionar diferença e unidade; individualização e complementaridade. Mas para que isto ocorra seria preciso já existir uma sociedade, possível a partir de vínculos morais que moldem os apetites humanos e os façam se comunicar com certa ou total permanência. Enfim, os regulamente. Daí porque a solidariedade “mecânica”, com o seu primado de coesão, sempre precede a natureza funcional diferenciada da “orgânica” e, embora subordinada, mantém-se atuante nesta. Sentencia Durkheim:

Numa palavra a associação e a cooperação são dois fatos distintos, e se o segundo, quando é desenvolvido, reage sobre o primeiro e o transforma, se as sociedades humanas se tornam cada vez mais grupos de cooperadores, a dualidade dos dois fenômenos não desaparece com isso (DURKHEIM, 1999, p. 278).

O argumento acima é crucial à empreita de Durkheim, a qual está motivada pelas condições europeias do seu tempo. O que também explica sua discordância em relação ao postulado utilitarista. Certamente, a individualização é uma consequência da divisão do trabalho e é um signo do todo especializado habilitado pela solidariedade orgânica. A esse respeito, o autor até observa uma dualidade: o individualismo compreende algo de concreto, quando implica em um espaço maior à criatividade individual, mas igualmente corresponde a uma crença coletivamente compartilhada – o culto ao individual. Porém, argumenta que isto não permite supor que a sociedade deriva das vontades individuais e desta se faz um instrumento na obtenção de satisfações pesso-

ais. O culto à pessoa expressa, antes, a ordem moral que sustenta o todo diferenciado, mas igualmente só tem validade numa sociedade dotada do ímpeto de especialização. Aqui, então, Durkheim volta os olhos para os conflitos originados com o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade industrial, isto é, a contradição capital e trabalho. Durkheim constata uma coerção forçada, mas não aceita a tese da luta de classes. A seu ver, há uma imposição unilateral de regulamentações, sim, contudo essa natureza seria motivada pela transição no processo de diferenciação, da sociedade, levando a uma solidariedade desprovida de espontaneidade causada pelo ardor mesmo da diferenciação. E nisso reside, entende ele, o fator normativo e normalizador da divisão do trabalho, já que porta a possibilidade de um contexto no qual os diferentes talentos humanos possam ser alocados na sua diferença e complementaridade.

Consideradas uma e outra contribuição, quais seriam as implicações da centralidade gozada pela sociedade industrial no campo da pesquisa e teorização sociológica, tendo por núcleo o trabalho como categoria explicativa, mas também fator-chave na elucidação das identidades, sobre os desenvolvimento da Sociologia da Cultura? Embora não possa ser desentrosada do tema da estrutura classista da socialidade burguesa, postulamos estar essa ingerência mais significativa na importância adquirida pela correlação entre ideologia e consciência, incidindo tanto sobre a focalização dos níveis culturais quanto nos exames que tomam por objeto de conhecimento o entretido de texto e contexto nas obras artísticas. À título tão somente de ilustração de ambos tratamentos, nos parágrafos seguintes, voltamos à duas importantes intervenções no âmbito dos estudos sociológicos sobre a cultura no Brasil: respectivamente, o olhar lançado por Renato Ortiz sobre a questão nacional neste país a partir da problematização da díade cultura e identidade nacional e o modelo analítico executado por Antonio Candido em *A Dialética da Malandragem*, quando retorna aos cruzamentos entre literatura e sociedade.

Como destaca Roberto Schwarz no seu ensaio sobre *A Dialética da Malandragem*, editado no início da década de 1970, ao longo da análise de *Memórias de um sargento de milícias*, romance de Manuel Antônio de Almeida, Antonio Candido se ocupa do protagonismo exercido por um “herói malandro”, isto em acordo com as convenções de um romance representativo, num realismo original, mas à luz da “intuição e figuração de uma dinâmica histórica profunda”. (CANDIDO, p. 67-89 e SCHWARZ, 1987, p. 131). Ocorreria no texto de Candido a transfiguração discursiva daquele ritmo da sociedade brasileira, na primeira metade do século XIX, em que se aproximam e fustigam ordem e desordem. Todo esforço estaria em realizar uma análise dialética cujo objetivo é desvelar o “princípio de generalização que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes intelligen-

bilidade" (*Op cit.*, p. 133). Se o acento na composição prioriza a apreensão do romance como um todo em movimento, algo assim aposta no efeito mimético do artefato literário com a finalidade de miniaturizar a estrutura sócio-histórica do Brasil monárquico no período das regências. Justamente porque reconhece a realidade como "formada", o autor assinala à dimensão significativa que, na sua permanência indiscutida, aproxima seletivamente aspectos díspares do real histórico, amalgamando-os como peças de uma mesma consciência tácita. No funcionamento do esquema analítico aplicado a *Memórias de um sargento de milícias*, recria-se discursivamente a versão literária de um horizonte histórico das classes populares, mas o faz a partir da identificação da forma que lhe confere inteligibilidade, atuando como fator de mediação entre a narrativa literária e o contexto que a referenda. A dialética da ordem e da desordem do mundo popular seria a tradução literária realizada pela composição construída por Manuel Antônio de Almeida. Voltando ao entendimento de Schwarz, o resultado obtido pela análise empreendida por Candido teria sintetizado as linhas particularistas e universalistas na formação da literatura brasileira. Enfim, o nexu lógico do argumento defendido em *Dialética da malandragem* ratifica a originalidade do nacional, ou seja, a particularidade (a exemplo do fabuloso "mundo sem culpa" do popular), mas o faz no movimento de reconhecê-lo como ingrediente da cena de processos então contemporâneos relacionados à universalização histórica do capital. Processo histórico de unificação dos mercados com penetrantes efeitos no desmonte do ensimesmamento das culturas, vicejando um comum irreduzível aos nichos nacionais.

Em *Cultura e identidade nacional*, livro originalmente editado em 1984, Renato Ortiz (1984) atribui um outro significado a tematização do nacional-popular no Brasil. O sociólogo retoma o problema a partir da base canônica do conceito, isto é, atualiza o raciocínio gramsciano a respeito da construção de uma hegemonia na sociedade, exercida pela ação dos grupos dominantes (detentores do excedente material e simbólico). Inseridos no Estado, de acordo o esquema do autor, a facção intelectual desses grupos torna-se arquiteta e construtora de um edifício cultural comum, a partir do qual operam a constituição da consciência nacional. E neste processo, a heterogeneidade fragmentada do popular concorre como matéria-prima crucial mobilizada na elaboração da alquimia ideológica; a eficácia ideológica reside em transformar o disperso material das expressões das classes populares em representantes de um mesmo espírito nacional-popular. Sublinha Ortiz que a problemática em torno da particularidade do popular, quando confrontado à universalidade de uma memória nacional, no contexto da sociedade brasileira, fora resolvida pela compreensão da constante reelaboração discursiva do traço mestiço feito intrínseco à cultura do povo. Logo, a heterogeneidade nela evidenciada devido à presença de remanescentes indígenas, negros e brancos, torna-se,

na trilha do pensamento de Gilberto Freyre, sinônimo de uma identidade plural mas distinta de qualquer outra ao ser igual a si mesma. A eleição do Carnaval como símbolo de brasilidade, após o advento da Revolução de 30, estaria embutido nesse esquema identitário e baseado no caráter sincrético do festejo. Para Ortiz, a ontologização promovida pelo discurso sobre o nacional, submete as particularidades populares a uma totalidade unívoca, a saber, o Estado-nação brasileiro. Modulando a concepção durkheimiana sobre a antecendência da sociedade com a finalidade de aplicá-la ao traço clivado e contraditório da estrutura social classista, ele sentencia: “O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional” (*Op cit.*, p. 138). Em particular, no Carnaval, teriam sido sobressaltados os sentimentos despertados no seu acontecer; saudada por encenar uma essência brasileira cuja face exhibe o espírito cordialmente alegre e telúrico da nação, a festa reverenciaria a unidade nacional sobre a multiplicidade de planos da sociedade de classes, não fundada em uma cosmologia mítica, mas nos mecanismos ideológicos que cimentam a dominação de uma ordem política e econômica historicamente figurada.

Elaboradas nas últimas décadas do século XX, as formulações de Ortiz e Schwartz são exemplares porque repõem, atualizadas, as ferramentas intelectuais forjadas no seio das sociedades europeias que experimentaram a implantação do dueto composto pelo capitalismo industrial e o Estado-nação, mas o fazem das margens da ampla periferia geopolítica ocupada pelas sociedades nacionais, mais precisamente no subcontinente latinoamericano. Deste ponto de vista, à agenda de pesquisa e reflexão concebida para a Europa burguesa são acrescentados aspectos que a redimensiona – os desafios posto pela questão nacional e a condição pós-colonial. Aspectos este que, por sua vez, complicam o pensamento orientado para os processos socioculturais, em particular a montagem e formação de uma esfera laica da cultura, ao ter que lidar com condicionantes tipificadores dessas realidades periféricas, como a industrialização tardia, as incongruências do processo estatal, a ampla desigualdade social, os efeitos da racialização, o traço túbio do mercado interno de trabalho e de consumo etc.

Em tempos mais recentes, a agenda intelectual e política de questões agudas do nosso presente, sem dúvida, torna notória as consequências de uma megasociedade transnacionalizada, tendo por dínamo a produção, distribuição e usos mercantis de bens e serviços, em obediência à governamentalidade obediente à racionalidade inerente ao imperativo da lucratividade privada das grandes corporações empresariais capitalistas. Aquilo que parece merecer atenção dos esforços cognitivos, portanto, é a arbitrariedade mesma da disjunção entre trabalhador e consumidor, com o potente efeito retórico proporcionado pela dicotomia com os seus apelos moralizantes. Sobretudo, vocalizar o

que permanece silencioso no cotidiano dos fugidios e multifacetados cenários sociais em que a cultura de consumo é um traço incontornável dos modos de ser, pensar, expressar e viver. Impôs-se incontornável à Sociologia da Cultura, expor e equacionar o quão estratégica é a coordenação da lógica mercantil da distribuição e usos de bens e serviços às conciliações e lutas sociais, os dissensos e a formação das certezas tácitas e/ou discursivizadas com as quais as vidas seguem, cruzam-se, são postas em confronto, mas também chegam a acordos, ainda que estes sejam breves.

Quando se trata do tema do consumo, no computo das ciências sociais, o que tem estado em debate é o estatuto do gosto que pauta as práticas consumeristas. Tomadas como canônicas, ainda na virada para o século XX, as ilações a respeito do economista estadunidense Thorstein Veblen legam ao pensamento social a teoria sobre a classe ociosa, mas da perspectiva das práticas “conspícuas” de consumo (VEBLEN, 1974). Calçado numa linha de raciocínio antropológico-evolucionária, Veblen descartou a tese sobre uma determinação substantiva do comportamento humano. Atento aos componentes socioantropológicos, o autor se impôs a tarefa de entender os padrões comportamentais em estágios de decursos históricos dotados de “hábitos mentais” que, por sua vez, correspondem à mútua implicação de tendências biológicas com a intervenção de hábitos e, logo, das maneiras como costumes e códigos de conduta fazem prosseguir instituições e, com elas, quadros de valores no compasso da vida cotidiana. À luz desse modelo analítico, ele concebe a natureza sociossimbólica do consumo, portanto, não redutível às idiossincrasias pessoais ou mesmo aos requisitos instintuais da espécie.

Por entendê-lo na sua condição de uma trama de convenções, para Veblen, o equacionamento das atividades consumeristas está na pesquisa sobre as especificidades das formas humanas de socialidade. De acordo com o autor, o advento e permanência de uma classe ociosa no escopo da produtivista estrutura urbano-industrial aponta às posições-funções estratégicas dessa classe social, ocupadas com funções político-administrativas, bélico-militares, de entretenimento e religiosas. Um traço unificador e identificador dessa condição de classe estaria nos investimentos feitos pelos seus membros na exposição pública de elementos que materializem a honorabilidade e distinção dos que os possuem. Deste ponto de vista, a emulação pecuniária é a chave do consumo, porque envolve a disposição manifesta no comportamento dos indivíduos de sobrepujar semelhantes no que tange à acumulação de bens. A propriedade de bens, portanto, adquire o valor de fonte de comprovação inequívoca de superioridade ontológica. Conclui que, no contexto sócio-histórico em que as atividades manufatureiras e, depois, industriais deslocam as atividades tão somente pecuniárias na qualificação das vidas e das coisas, “a posse da riqueza se torna relativamente mais importante e mais eficaz como a base costumeira de estima e reputação” (*Op.cit.*, p. 17). Em meio às lu-

tas na estratificação hierárquica entre as classes sociais, a demonstração dessa riqueza, por meio do consumo suntuário, impor-se-ia uma ferramenta de distinção poderosa no posicionamento diferenciado de um determinado agrupamento. Igualmente, servindo para assegurar o *status* desse grupo e o confirmar do modelo comportamental efetivado como alvo-ideal a ser atingido por outros grupos em suas maneiras de ser, agir e pensar.

Mais tarde, já em 1979, o sociólogo Pierre Bourdieu voltou à correlação entre gosto legítimo e distinção, focalizando o tema do consumo (BOURDIEU, 2007). O conjunto da obra de Pierre Bourdieu tem ocupado posição estratégica nos estudos socioantropológicos do consumo, porque dela partiram as soluções mais profícuas de entrosamento empírico, analítico e teórico no enfrentamento das problemáticas sobre os processos de simbolização nas sociedades contemporâneas. Retomando o velho problema aristotélico das tendências (*hexis*) na formulação de uma teoria das disposições corpóreas, em grande medida sintetizada na sua noção de *habitus*, ele irá correlacionar à sociologia da cultura e da educação visando apreender como prosseguem positivamente distinções sutis inerentes ao mundo social (BOURDIEU, 2002). E como, para isto, fazem-se cúmplices pulsões vitais e fronteiras institucionais, mediante a intervenção de saberes que, por sua vez, habilitam os corpos humanos ao trânsito significativo nas vias dos mesmos espaços da socialidade. Na contrapartida, mas ainda de acordo com a perspectiva do sociólogo francês, tais corpos realizam o trabalho cognitivo de estender esse mesmo espaço social em suas condutas movidas pelo conhecimento tácito dos limites, mas em busca de reconhecimento, para isto acionando estratégias de interpelação e alocação de recursos (financeiros, culturais e sociais) valorados em graus diferenciadamente hierarquizados no contexto sócio-histórico e simbólico de possibilidades do capitalismo pós-industrial.

Nesse sentido, chama atenção no tratamento dado pelo autor aos usos culturais, na maneira como reconsidera o lugar da escassez e da distribuição da raridade na produção e reprodução das agências humanas e das instituições. Toma-se a sério o peso da interveniência dos fatores de classificação, nomeação e expressão-comunicação enquanto dispositivos capacitados a conferir existência na medida em que, incorporados e/ou objetivados como espaço social, atuam no posicionamento e qualificação diferenciada de pessoas, ideias, coisas e lugares em patamares desiguais de valor (BOURDIEU, 2000, p. 65-70). Deste modo, por alertar ao problema da construção social do valor, ele contorna o reducionismo utilitarista na formulação de uma pauta de sociologia econômica, não apenas para conceber a presença do interesse no seio do desinteresse na posse e uso dos bens simbólicos legítimos, referindo-se ao “lucro simbólico”.

No desdobramento do argumento de *A Distinção: a crítica social do julgamento*

retoma a discussão a respeito do gosto legítimo avançando na objetivação sociológica do interesse no seio do desinteresse, quando relativo ao consumo cultural. Para isso, de partida, ele inquirir o conceito de “gosto puro” tal como aparece na *Crítica da Faculdade de Julgar*, de Immanuel Kant (KANT, 2008 e TERRA, 1995). Parte do projeto kantiano de uma filosofia transcendental apriorística, as reflexões sobre a estética se inscrevem na finalidade do filósofo de delimitar o alcance e os objetos de legislação da razão, contudo, nessa oportunidade em pauta não está àquilo sob julgo da determinação da natureza, em face do centro exercido pela categoria de causalidade, tampouco obedece ao desígnio da liberdade, como marco da racionalidade prático-moral – sabemos, um e outro, foram temas das duas primeiras críticas. A atenção conferida ao gosto estético, portanto, se não tem por alvo nem o conceito nem a norma, examina a díade composta pela capacidade de julgar e a comunicabilidade desse julgamento. Faculdade esta irreduzível ao objeto artístico, mas também ao sujeito, logo, incompatível com quaisquer particularidades na medida do seu compromisso com a universalidade do senso comum compartilhado pela comunidade do gosto imaculado frente seja às descontinuidades das sensações, seja às sanções morais. A autonomia do gosto puro, enfim, sutura o abismo entre os domínios do epistêmico-cognitivo e da incondicionalidade suprassensível do agir prático moral, porque condiz com a soberania mesma da razão em autodefinir e autolegislar sobre os objetos, na condição de transcendência às imolações empíricas sejam elas quais forem.

Ciente da centralidade do problema em torno do gosto no equacionamento das relações, estruturas e processos socioantropológicos, em *A Distinção*, Bourdieu se ocupa das classificações como atos elevados à condição de grades cognitivas – hábitos mentais (BOURDIEU, 2009). Deste modo, a crítica ao argumento kantiano atinge em cheio o insulamento do gosto puro em relação às sensações e moralidades, afinal, sua autonomia é garantida no apagamento das mútuas dependências entre pessoas e coisas que sendo invisibilizadas na idiosincrasia dos usos, a um só tempo, consistem na matriz histórico-empírica que os facultam como gestos significativos. À contrapelo do ascetismo secular proposto por Kant, a tese bourdieusiana rastreia a formação, consolidação e funcionamento de uma crença – no sentido de um consenso tácito (*doxa*) – manifesta no duplo caráter do classificar/classificação como ato e estrutura de pensamento. Para o sociólogo, o compartilhamento do mesmo senso de julgamento, calcado num hipotético universalismo purista e a-histórico, se atualiza em práticas que, ao contrário de inatas ou universais, são intrínsecas à predisposição corporal para o exercício do julgamento estético. Assim, correspondem à figuração de processos de incorporação de saberes cognitivo-normativos e emocionais inscritos em condições socioeconômicas e culturais. Ainda que indissociável da violência física, afinal está em pauta a imposição de uma arbitrariedade, nota-se que, na operação classificatória intrínseca ao gosto puro,

a violência simbólica se exerce pelo desconhecimento da operação naturalizadora de uma relação de força assimétrica que se pereniza na percepção como uma necessidade. O trabalho próprio à produção da crença, manufatura básica à economia das trocas simbólicas, concentra-se na produção do valor, que dizer, da utilidade de algo, dotando-o de virtudes que o arranca da banalidade e lhe concede o *status* da unicidade do carisma, a raridade. No anverso desse trabalho está o estabelecimento de uma escala classificatória e de nomeação cujos efeitos estão na montagem de uma hierarquia de prioridade e dotação de prestígio na distribuição dos atributos. Mediador irreduzível e incontornável da economia das trocas simbólicas, o capital simbólico se define, justamente, espécie de catalizador das demais acumulações diferenciadas, porque só nele se realiza o conhecimento/reconhecimento do traço invulgar de algo, mas no andamento mesmo em que a crença na raridade é cúmplice do esquecimento da imposição do arbítrio que fundamenta a distinção. Nessa operação, a arbitrariedade se realiza na instauração da fronteira que divisa a comunidade dos detentores da raridade do gosto puro dos vulgares amorfos, pois desprovidos de desclassificação.

A tese da distinção em Bourdieu faz dueto com as lutas sociais no cerne sócio-histórico em que se fixam como padrão as mobilidades na estratificação social e o quanto essa fragilidade do *status* assombra com a insegurança ontológica, em especial, as frações de classe dominantes. O dilema posto a esses segmentos é como, no mesmo movimento, manterem-se diferenciados e servirem de modelos-alvos para as camadas que lhe são subalternas. Em tempos mais recentes, atidos ao tema da pátina, diversos/as intérpretes divergem da centralidade conferida às estratégias de distinção no tratamento da esfera de consumo no contexto tardio da modernidade (CAMPBELL, 2001; DESJEUX, 2011; MCCRACKEN, 2003 e ROCHA, 2011, p. 161-179). Certos de que o consumo compreende um subsistema vinculado às prerrogativas e dinâmicas do sistema econômico, estes/as autores/as sublinham a montagem de perfis identitários e estilos por parte de pessoas e grupos em detrimento das competições e lutas relacionadas à dominação política. Tendo por emblema o signo da moda, em sua característica de reunir tensamente duração e ligeireza, a cultura de consumo, no entendimento por eles/as proposto, goza de suficiente força sociossimbólica para anelar os planos coletivos e individuais, conjugando agendas em que grandes causas e transformações socioestruturais estão em estreito vínculo com tópicos da vida privada e das marcações dos encontros e desencontros intersubjetivos do cotidiano.

Os remanejamentos sensíveis provocados nos padrões das relações sociais e nas experiências pessoais pelo lugar estratégico hoje ocupado pelo consumo, tem incidência sobre a redefinição da empiricidade daquilo nomeado por esfera cultural nas ciências sociais, em razão da extensão global adquirida pelo padrão moderno de socialida-

de e de condutas, ou seja, pelo incremento vertiginoso na emergência e acomodação dos hábitos, costumes e instituições da modernidade pelo conjunto do planeta. E, no mesmo diapasão, explicitam ou ao menos indicam os dilemas socioantropológicos inerentes aos modos de aproximação e tratamento da pauta de atributos dessa condição histórica contemporânea, no instante em que tanto tendências generalizantes quanto reposições de singularidades étnico-históricas emergem mutuamente associadas. Dilemas intelectuais, sim, mas que gravitam em torno do nexos histórico-ontológico entre o “mesmo” e o “diverso”, num quadro em que a tensão decorrente das interações conflituosas entre fatores geopolíticos e o geoculturais ressaltam a esfera da cultura como fórum cuja amplitude e transversalidade planetária afeta as escalas das abordagens das facetas múltiplas dos processos de simbolização.

Com intuito tão somente de chamar atenção para essas reorientações cognitivas que trazem no seu bojo articulações de novas ferramentas analíticas com agendas de pesquisa e reflexão sobre a cultura, em seguida, pincelamos dois trabalhos que nos parecem bem emblemáticos.

Atidas às flutuações que motivaram as retomadas da noção de cultura popular nas duas últimas décadas, em distintos contextos sociais de significação, no Brasil; contextos atravessados pela extensão adquirida pela ideia-valor de diversidade cultural, o texto *Da beleza do morto à cultura viva: a retomada do interesse pela(s) cultura(s) popular(es) na virada do milênio* (MIRA, 2016, p. 427-442). Maria Celeste Mira mobiliza a análise dos usos culturais na direção do campo dos intermediários da cultura popular, na cidade de São Paulo. Seu argumento parte da observação feita por Michel de Certeau acerca do elemento mórbido inerente ao conceito de cultura popular presente nas intervenções dos folcloristas e historiadores. A morbidez resultaria da atração exercida sobre os intelectuais por práticas e símbolos desaparecidos ou em vias de sumir do cotidiano das classes populares. Deslocando a proposição para o cenário paulistano contemporâneo, a autora persegue o fio sociogenético pelo qual a definição das distintas posições nesse campo é a contrapartida da produção de novas semânticas para o popular, tendo em comum manterem-se fieis à disjunção romântica europeia entre cultura popular autêntica e cultura de massas. Se a primeira é atribuída à conotação de algo imaculado pelos desígnios mercantis, a segunda seria a expressão mesma da conspiração monetário-financeira das “coisas do povo”. Uma vez mais, conclui Mira, sobressai a ênfase naquilo já distanciado das dinâmicas nas quais as muitas facções populares de classes são objeto de interesse desses intelectuais intermediários. Logo, com raras exceções, a “cultura viva” cultua o corpo morto, mas depurado, em detrimento da pluralidade inconstantemente viva que se esparrama pelas periferias brasileiras.

Calcada na diferenciação estabelecida por Pierre Bourdieu entre as dimensões restrita e ampliada da esfera cultural, Maria Lúcia Bueno se debruça sobre a crescente

importância adquirida pelo campo da gastronomia, em que seu embasamento erudito tem sido engendrado por questões de ordem identitária, mas igualmente pela sintonia entre pautas geopolíticas e efeitos gerados pelo mútuo atravessamento entre simbólico e commodificação. Aplicando o modelo de análise sócio-histórica, em *Da gastronomia francesa à gastronomia global: desterritorialização, hibridismos e identidades inventadas* (BUENO, 2016, p. 443-462), a autora reconstrói a formação do campo gastronômico a partir do momento em que a codificação dos saberes e dos fazeres relativos à culinária francesa promoveu sua difusão em grande escala para fora das fronteiras do país. Por sua vez, o advento de novos espaços urbanos permitiu, no mesmo contexto francês, mas no século XIX, o surgimento da figura do *chef*. Com ele se codificou um modelo internacional de cozinha que, nos rastros da expansão de redes de hotéis e da adoção de restaurantes, deixou a Europa na direção de outras partes do planeta. Integrando nele a habilidade e a competência inventiva e conceitual relativas ao estilo de vida que abarca os gostos à mesa, a figura do *chef* ocupa posição estratégica no campo gastronômico. Por isso mesmo, observa Bueno, a emergência de uma jovem geração de *chefs*, em diferentes países, não apenas servirá de mediadora na dinâmica do padrão francês, sobretudo, mediante processos de reflexividade institucional, promovendo a cosmopolitização global das culinárias locais.

Nas duas contribuições, a convergência entre consumo, multiculturalismo e mundialização dão os tons de um panorama histórico-empírico que pressiona e revolve, desde a década de 1990, a imaginação nas ciências sociais. Entretanto da última década para cá tem se desenhado um tenso e conflituoso entrosamento de determinações em ascensão em um contexto mundial definido pela multipolaridade geopolítica. O tão recente quanto longo período pandêmico da Covid intensificou instabilidades e a dissolução de definições/certezas consagradas no respaldo do raciocínio popular. Instauro-se, desde então, o cenário cujos traços manifestam o desmantelamento, por exemplo, da geopolítica pós-Guerra Fria. De um lado, deixam-se em xeque as prerrogativas da unificação mundial dos mercados respaldada na hegemonia estadunidense. De outro, sinaliza-se às modulações da economia-mundo capitalista à luz do trançado geopolítico multipolar que parece avançar na regulação das vidas, culturas e ambientes. O recrudescimento de extremismo político-ideológicos à direita e à esquerda põe em xeque o domínio da ordem liberal e cerceia as prerrogativas multiculturais e multilaterais. O acirramento sem precedentes da crise climática se impõe, no mesmo compasso, como um outro complicador dos sentidos de temporalidade e espacialização, igualmente interpela os imaginários utópicos e distópicos, além da concepção de desenvolvimento. Algo similar se dá no andamento da formidável urbanização planetária, à qual põe cena a sobreposição de modos de vidas, sujeitos históricos, quadros de valores e estes, dia a

dia, problematizam os cânones da cidadania tal como postos nas cosmologias euroamericanas. Na mesma medida, as distintas mobilizações das ecologias sociotécnicas fazem interceder novos arranjos de produção/circulação culturais e do conhecimento e, no anverso, destacam os limites da ocidentalidade. Uma vez mais, ao que parece somos desafiados quanto à eficácia e validade do quadro de ferramentas cognitivas que possuímos na Sociologia da Cultura para enfrentar essa agenda objetivando sociologicamente as determinações atuantes no seu delineamento.

Neste segundo volume do dossiê Sociologia da Cultura (*A cultura e suas fronteiras ampliadas*) os desafios reflexivos e analíticos postos nos artigos que o compõem, expressam a diversidade temática dos objetos, notadamente a multiplicidade dos pontos de vista para as abordagens das práticas culturais. O volume é aberto pelo artigo “Designações sistêmicas da cultura e sociologia : reflexões a partir de recentes cognições sociológicas sobre o literário no Brasil”, em que se destaca precisa documentação selecionada para análise, artigos dedicados à literatura e suas questões, quanto pelo seu projeto em si, isto é, propor uma reflexão sobre a importância do tema para a consolidação das ciências sociais brasileiras. O artigo é seguido por “Exu e o imaginário sociológico da cultura” onde se explora como uma mostra artística motivou e movimentou uma série de controvérsias refletida pelo debate público estimulado, transformando-os, exposição e debate, em experiência objetiva para uma discussão sobre as formas de apreensão do evento. Em “Políticas afirmativas na cultura do estado do Ceará”, encontraremos uma questão teórico-empírica forte, ou seja, o exercício de uma vigilância (não só epistemológica) em relação aos riscos e promessas dos rotineiros rearranjos analíticos que trabalham as políticas afirmativas, no âmbito da cultura, vinculadas aos polos antagônicos apropriação e/ou expropriação. A relevância da relação entre consumo e cultura é evidenciada no artigo “Públicos de cinema, estratégias de diferenciação e sociologia da cultura”. Por fim, “Carnaval e futebol em tempos de pandemia : União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e agremiações carnavalescas paulistanas de torcidas organizadas de futebol”, apesar de fechar nosso segundo volume, ao retomar dois temas já transmutados em tradição na sociologia da cultura no Brasil, nos convida a refletir sobre os novos arranjos impelidos às tradições, às suas metamorfoses e reconstruções, tarefa que nosso ofício nos impele cotidianamente, sobretudo em tempos de fronteiras e nacionalidades ampliadas e restringidas numa velocidade e elasticidade à primeira vista, inéditas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: a crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp – Porto Alegre: Zouk, 2007.

- _____. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras: Celta, 2002.
- _____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da nomeação**. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- BUENO, Maria Lúcia. Da gastronomia francesa à gastronomia global: hibridismos e identidades inventadas. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, p. 443-462, 2016.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, 1970.
- DESJEUX, Dominique. **O consumo: abordagens em ciências sociais**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 (a).
- _____. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 (b).
- _____. Fragmento da versão primitiva da contribuição à crítica da economia política (1858) in **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A sagrada família**. Lisboa: Moraes, 1987.
- _____. **A Ideologia alemã, vol. I**. Lisboa: Presença. SP: Martins Fontes, s.d, dois volumes.
- MCCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Marxismo e filosofia In: **Merleau-Ponty**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).
- MIRA, Maria Celeste. Da beleza do morto à cultura viva: a retomada do interesse pela(s) cultura(s) popular(es) na virada do milênio. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 78, p. 427-442, Set./Dez. 2016.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Consumo traz felicidade? A publicidade no centro da cultura. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, ano 8, vol. 8, nº 23, p. 161-179, Nov. 2011.
- SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TERRA, Ricardo. Reflexão e sistema: as duas Introduções à Crítica do Juízo. In: Terra, Ricardo R. (org.): **Duas introduções à crítica do juízo**. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- VEBLEN, Thorstein. **Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Ática, 1974 (Os Pensadores).